

## **AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA ITAIPU - BINACIONAL**

### **Pregão Eletrônico Nacional NF 0917-25**

XXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. XXX, com sede na XXX, Município de XXX, vem apresentar

#### **IMPUGNAÇÃO**

em face do Pregão Eletrônico Nacional NF 0917-25, na forma do seu item 2.23, em decorrência das irregularidades identificadas no instrumento convocatório, com base nos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

#### **I. SÍNTESE FÁTICA**

Trata-se de Processo Licitatório promovido pela ITAIPU na modalidade Pregão na sua forma eletrônica sob o n.º NF 0917-25, cujo objeto consiste na contratação de Serviços Telefônicos com sinalização SIP, discagem direta gratuita DDG 0800 e circuitos digitais, com Serviços Telefônicos Fixo Comutados - STFC (Discagem Direta Gratuita DDG 0800) e Serviços Telefônicos DDR, Sinalização e Assinatura Ilimitada.

Todavia, embora se considere acertada a modalidade escolhida, verifica-se que alguns regramentos do instrumento podem ser aperfeiçoados, visando a melhor competitividade, isonomia entre os concorrentes e a seleção da proposta mais vantajosa, princípios basilares do certame.

## **II. DA TEMPESTIVIDADE**

O item 2.23 do Caderno de Bases e Condições - CBC estabelece que qualquer interessado poderá impugnar os termos até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.

### **2.23 IMPUGNAÇÃO DO CBC**

**2.23.1** Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar este CBC.

**2.23.2** A impugnação deverá ser registrada no Portal de Compras Eletrônicas da ITAIPU, opção “Impugnação”, ou encaminhada para o endereço eletrônico constante em 1.3.2 deste CBC.

Conforme se verifica no Capítulo I, o término do prazo para o recebimento das propostas e a abertura da Sessão Pública estão programados para o dia 14 de agosto de 2025, às 09:00 horas.

Portanto, considerando a data programada para o prazo final para o recebimento das propostas com posterior abertura da Sessão Pública e a deste protocolo, há de se considerar tempestiva a presente impugnação.

## **III. DA PRELIMINAR DE SUSPENSÃO DO CERTAME**

Levando em consideração as particularidades no qual um Pregão para a prestação de serviços na área de Telecomunicações se insere, é impositiva a suspensão para proceder às correções necessárias e enfim republicar o ato convocatório, viabilizando assim a competitividade, isonomia entre os concorrentes e, conseqüentemente, a busca pela proposta mais vantajosa.

## **IV. DO MÉRITO**

Embora a ITAIPU Binacional não esteja formalmente sujeita ao regime jurídico previsto na Lei Federal n.º 14.133/2021, em razão de sua natureza jurídica *sui generis*, suas contratações não se encontram em um vácuo normativo. É imperativo que observe,

obrigatoriamente, os princípios constitucionais e gerais que regem a Administração Pública e, por consequência, os processos de contratação.

A presente impugnação não se restringe à análise formal, mas busca assegurar que o certame seja conduzido em estrita consonância com os princípios constitucionais e administrativos aplicáveis, prevenindo cláusulas ou exigências que, mesmo amparadas por regulamentos internos, possam ferir a ampla concorrência ou comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.

Nesse contexto, chama atenção a exigência constante no item 1.4.2 do Caderno de Bases e Condições, que determina que a empresa licitante possua Certificado de Registro Cadastral (CRC) vigente, emitido pelo Cadastro de Fornecedores da ITAIPU, na modalidade de Cadastro Completo.

1.4.2 Será considerada habilitada a empresa que:

- a) possuir Certificado de Registro Cadastral (CRC) vigente, emitido pelo Cadastro de Fornecedores da ITAIPU, na modalidade de Cadastro Completo, em um ou mais do(s) seguinte(s) código(s) cadastral(is):

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
6711	Comunicação
671101	Serviços de internet
671102	Serviços de telefonia celular
671106	Serviço de telefonia fixa

A XXX, ao buscar o referido cadastro, teve sua análise contábil reprovada por não atingir a pontuação mínima exigida nos indicadores contábeis utilizados para avaliação da qualificação econômico-financeira, sendo necessário obter ao menos 2 (dois) pontos resultantes do somatório de pontos das equações das alíneas "a" dos incisos I, II, III e IV seguintes.

- I) Liquidez Corrente obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC}{PC}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 3$$

- b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 3 (três);  
c) se o indicador resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);

- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

II) Liquidez Geral obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

- b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);  
c) se o indicador resultar negativo, a pontuação será igual a 0 (zero);  
d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação será igual a 0 (zero).

III) Endividamento do Patrimônio Líquido obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{ET}{PL}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = -4X + 7$$

- b) se o numerador for igual a 0 (zero) e o denominador for positivo, a pontuação atribuída será igual a 3 (três);  
c) se o indicador "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

IV) Auto-Financiamento do Ativo Permanente obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{PL}{AP}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

- b) se o numerador for positivo e o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);  
c) se o indicador "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);  
d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

A nomenclatura das fórmulas e equações anteriormente citadas são as seguintes:

AC = Ativo Circulante  
PC = Passivo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
ELP = Exigível a Longo Prazo  
ET = Exigível Total  
PL = Patrimônio Líquido  
AP = Ativo Permanente  
X = Indicador Encontrado  
Y = Pontuação

É inegável que a aferição da qualificação econômico-financeira cumpre papel relevante, pois objetiva assegurar que as empresas possuam estabilidade financeira para executar o contrato e proteger o interesse público. Contudo, a avaliação baseada exclusivamente

nesses índices contábeis, ainda que úteis para mensurar liquidez e capacidade de pagamento, não é a única forma legítima de comprovar boa saúde financeira.

A adoção de métricas rígidas e exclusivas pode reduzir a competitividade e prejudicar a busca pela melhor proposta, especialmente quando existem alternativas reconhecidas por órgãos de controle, como a verificação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo. Estes parâmetros refletem a solidez financeira e a capacidade da empresa de absorver impactos econômicos sem comprometer sua atuação, contemplando não apenas a liquidez imediata, mas também a estabilidade a longo prazo.

Inclusive, o Modelo de Termo de Referência para contratações de TIC elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) <sup>1</sup> recomenda expressamente que a exigência de capital social ou patrimônio líquido possa ser utilizada como alternativa quando a empresa não atender aos índices de liquidez exigidos, visando ampliar as opções de comprovação financeira e adequá-las à realidade de cada licitante.

#### TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÕES DE TIC - LICITAÇÃO

9.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Saged.

9.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de .....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Essa compreensão é reforçada pelo entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, expresso na Súmula n.º 275, segundo a qual:

Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, **capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado**, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

<sup>1</sup> Documento encontrado no seguinte endereço eletrônico:  
<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic>

O mesmo entendimento foi reiterado no Acórdão n.º 853/2015 - Plenário do Tribunal de Contas da União, aplicável inclusive a serviços continuados, como é o caso presente.

**Acórdão 853/2015 - Plenário - TCU**

Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

Assim, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, deve-se permitir que, na hipótese de a empresa licitante não atender a liquidez corrente por meio da fórmula utilizada pela ITAIPU, possa apresentar, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

Tal adequação não só preserva a ampla competitividade, como também se alinha às boas práticas adotadas por outros órgãos e entidades da Administração, além de observar a jurisprudência da Corte de Contas.

Diante do exposto, requer-se que, na hipótese de a empresa licitante obter pontuação inferior a 2 (dois) pontos na fórmula utilizada para apuração da liquidez corrente, seja facultada, para fins de habilitação, a apresentação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

## **V. DO PEDIDO FINAL**

Diante do exposto, requer-se:

- a) o recebimento da presente impugnação, vez que tempestiva;
- b) a imediata suspensão do Pregão Eletrônico Nacional NF 0917-25;
- c) o provimento do mérito da presente impugnação, para que sejam promovidas as adequações indicadas no item IV, de modo que, na hipótese de a empresa licitante obter pontuação inferior a 2 (dois) pontos na fórmula utilizada para apuração da

liquidez corrente, lhe seja facultada, para fins de habilitação, a apresentação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

d) ao final, com decorrência lógica dos pedidos anteriores, seja retificado ou revogado o Pregão Eletrônico, conforme o caso.

Nestes Termos,

Pede

Deferimento.

XXX, 11 de agosto de 2025.